

HAYEK NO CONTEXTO DA ESCOLA AUSTRIÁCA

HAYEK IN THE CONTEXT OF THE AUSTRIAN SCHOOL

Viviane Perboni¹

RESUMO: O presente artigo pretende enfatizar a contribuição da Escola Austríaca na explicação sobre alguns dos fundamentos teóricos do liberalismo tendo como objetivo principal analisar os estudos sistemáticos desenvolvidos pela mesma sobre economia, estudos estes, que ganharam projeção mundial pois centravam indefectivelmente na análise do indivíduo como ponto de partida para se fundamentar uma análise sobre a atividade econômica e assim estabelecer uma escala de valores e desejos dos consumidores individuais (crítica ao intervencionismo) – permitindo assim, melhorias na qualidade de vida, aumento da produtividade e uma convivência social e pacífica a todos os membros da sociedade. Desse modo, busca-se compreender as ideias da Escola Austríaca e de seus seguidores, principalmente as de Hayek (um dos mais fiéis adeptos as ideias da Escola Austríaca) na construção de um modelo de política que concilie humanização com eficiência modelo este de formação de sociedades defendido pela Escola Austríaca e seus seguidores que nada mais é do que a defesa da prevalência da “liberdade individual” nas ações humanas.

PALAVRAS-CHAVE: ações humanas. Escola Austríaca. Hayek.

ABSTRACT: This article intends to emphasize the contribution of the Austrian School in explaining some of the theoretical foundations of liberalism with the main objective of analyzing the systematic studies developed by the same on economics, studies that have gained worldwide projection because these centered indefectively on the analysis of the individual as a point starting point to base an analysis on economic activity and thus establish a scale of values and desires of individual consumers (critical to interventionism) - thus allowing for improvements and quality of life, increased productivity and social and peaceful coexistence for all. members of society. In this way, we seek to understand the ideas of the Austrian School and its followers, especially those of Hayek (one of the most faithful supporters of the ideas of the Austrian School) in the construction of a policy model that reconciles humanization with efficient “spontaneous order” model this of forming societies defended by the Austrian School and its followers, which is nothing more than defending the prevalence of “individual freedom” in human actions.

KEYWORDS: human actions. Austrian School. Hayek.

Introdução

O presente artigo pretende fazer uma exposição das ideias defendidas pela Escola Austríaca, sobre alguns dos fundamentos teóricos do liberalismo tendo como objetivo principal analisar os estudos sistemáticos desenvolvidos sobre economia estudos

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Email: viviperboni@hotmail.com.

estes defendidos pela Escola Austríaca e seus seguidores (Hayek e outros) e que ganharam projeção mundial ressaltando assim a importância que o assunto representa até os dias de hoje.

É importante ressaltar também, que nas palavras de Hayek, não é possível existir liberdade pessoal e política quando a liberdade econômica é progressivamente abandonada, pois para o autor a liberdade é “una” retirar uma de suas formas afeta e tolhe as demais (CONSTANTINO, 2009, p. 70).

E demonstrar, segundo a visão de Hayek, que pode sim existir uma ordem espontânea de mercado sem interferências de um órgão centralizador para se viver de uma forma harmoniosa em sociedade, “não perfeita porque, de acordo com Hayek, não existe sociedade perfeita” (A vida e o pensamento de Friedrich Hayek, 2003).

Para autor a liberdade aqui no sentido de organização espontânea da sociedade (crítica ao intervencionismo) como seu princípio fundamental, nos explica que está (liberdade) só adquire significado em um contexto de ordenamento (respeito as leis), estabelecendo-se assim um jogo de cooperação onde cada indivíduo faça sua parte (liberdade individual), e desta maneira cada um alcançando seus fins.

Tomarei essa essas exposições como ponto inicial de nossa investigação, supondo que trata-se de uma das questões do debate político, social e econômico atual, pois diz respeito a uma análise referente à efetivação da sociedade livre a partir das doutrinas liberais, defendendo a construção de um modelo de economia que concilie humanização com eficiência baseada no intercâmbio espontâneo dos indivíduos (“liberdade econômica, social, política...”) para que a competição (crescimento social e pessoal) possa ser mais o mais amplo possível e que aqui serão elencadas através das ideias de Hayek e da Escola Austríaca e de outros importantes autores e que serão mencionados no decorrer deste presente artigo.

A Escola Austríaca e a crítica ao intervencionismo

A Escola Austríaca de economia reúne uma gama de autores distribuídos ao longo de cinco ou mais gerações de economistas (FEIJÓ, 2000, p.9). Essa sequência de mestres e alunos, como Carl Menger, Mises e Hayek (aqui cito somente alguns deles), contribuíram de forma consistente na explicação sobre os fundamentos teóricos do “liberalismo” (STEWART

JR, 1995, pp. 30-31). Nos anos 20, essa nova geração de economistas desenvolveu estudos sistemáticos sobre “flutuações econômicas” que ganharam projeção mundial (FEIJÓ, 2000, p. 10).

Um dos aspectos centrais defendidos pela Escola Austríaca era a “defesa do livre mercado e a soberania do consumidor” (STEWART JR., 1995, p. 16). De acordo essa corrente de pensamento liberal, “uma economia eficiente assegura condições básicas necessárias à existência dos seres humanos” (FEIJÓ, 2000, p. 11).

Na explicação do empresário e ativista liberal Donald Stewart Jr., o progresso da humanidade é “um fato empiricamente observável na história”. Telefone, televisão, eletricidade, comodidades essas que anos atrás não existiam e hoje a maioria dos indivíduos não conseguiria viver sem elas. A sociedade passou por uma grande transformação, e esses mesmos indivíduos que lutam pelo aumento da riqueza, ao mesmo tempo impedem a humanidade de alcançar um “nível ainda maior de desenvolvimento e prosperidade”. Ou seja, fica cada vez mais difícil conciliar o aumento da riqueza com a obstrução da economia de mercado, torna-se uma tarefa difícil tentar atingir esses objetivos e ao mesmo tempo condenar, renegar, os meios que nos levariam a atingi-los (STEWART JR., 1995, p. 11).

Robert Lucas em sua obra “Lectures on Economic Growth”, explicou que a sociedade tem potencial para gerar melhorias de vida à todos os seus membros e não apenas as elites governantes, salientando que nos últimos 200 anos tanto a produção como a população aceleraram seu ritmo de crescimento e assim como Hayek o autor cita como exemplo os benefícios que a Revolução Industrial trouxe a população essa que começou na Europa e se expandiu rapidamente (LUCAS, 2004, p. 109).

Outra colocação bem apropriado para citar aqui é a de Hayek em sua obra “O Capitalismo e os Historiadores” onde o autor tomou como exemplo os benefícios que a economia de mercado trouxe a Revolução Industrial (que do ponto de vista histórico foi onde as ideias do liberalismo se concretizaram), demonstrando que a participação do homem em sociedade (jogo cooperativo) trouxe benefícios muito maiores a evolução e ao progresso das sociedades, benefícios esses inimagináveis antes que eles ocorressem e a maior parte desses confortos da vida moderna se deve a esses acontecimentos, aqui no sentido de não intervencionismo (HAYEK, 2010). Na explicação de Eduard Feser o liberalismo permitiu uma convivência social pacífica e conseqüentemente ao aumento da produtividade (FESER, 2006, p.62).

Dessa forma, a crítica liberal era de que quando o poder centralizador interfere na economia de mercado, acaba provocando sinais falsos, isso porque o mercado transmite indicadores acerca das vontades individuais. Quando ocorre essa interferência, as vontades individuais deixam de ser expressas e passa a valer as daquele que interfere (STEWART JR., 1995, p. 20).

Nesta mesma senda, Stewart escreveu em seu livro *O que é o Liberalismo* que a interferência na economia de mercado acarreta a desestruturação do “processo de informações” e quem paga por este desperdício ou pelo investimento mal feito é o próprio empresário (capitalista). Nesse regime intervencionista os “detentores do poder arrogam-se, sob o direito de determinar os desejos das massas”, ou seja, a consequência é desperdício, corrupção; e esse investimento faraônico e desnecessário é pago pelo próprio povo (STEWART JR., 1995, p. 62).

Ludwing von Mises, um dos representantes da Escola Austríaca, desenvolveu ao longo de sua carreira uma extensa análise de vários aspectos desse sistema econômico (BARBIERI, 2013, pp. 17-18). Em seu livro *O Cálculo Econômico sob o Socialismo*, faz uma crítica ao intervencionismo tentando explicar toda a realidade do socialismo e a “impossibilidade do cálculo econômico em uma economia intervencionista” (STEWART JR., 1995, p. 28).

Mises queria demonstrar que o intervencionismo “além de utópico é ilógico, antieconômico e impraticável em sua essência”. Esclarecendo que o intervencionismo não dispõe de meio algum para que se possa fazer um cálculo econômico objetivo, impedindo assim que os “recursos sejam alocados em suas aplicações mais produtivas”. Para Mises, o intervencionismo queria substituir “bilhões de decisões individuais feitas por consumidores soberanos no mercado, por um planejamento econômico racional”, feito por uma comissão de planejadores investidos com o poder de determinar tudo que deveria ser “produzido e consumido, e quando, como e por quem se daria a produção e o consumo” (MISES, 2012, pp. 7-8).

Mises ressalta que a economia planejada não teria possibilidade de obter êxito, isso fica explicitado em seu livro *O Cálculo Econômico sob o Socialismo*, no qual utiliza um exemplo do economista soviético Nokolai Fedorenko:

Com a ajuda dos melhores computadores, um plano econômico totalmente detalhado, ponderado e examinado, o qual deveria ser implantado já no ano seguinte, só poderia ficar pronto em 30.000 anos. Existem milhões de tipos de produtos e centenas e milhares de empresas; são necessárias bilhões de decisões relativas a insumos e produtos, e os planos devem abranger todas as variáveis relativas à força de trabalho, à oferta de materiais, ao salário, e aos custos de

produção, aos preços, aos “lucros planejados”, aos investimentos, aos meios de transporte, ao armazenamento e à distribuição. E mais: essas decisões se originariam de diferentes partes da hierarquia planejadora. Mas essas partes são, em regra, inconscientes e contraditórias entre si, uma vez que cada uma reflete os interesses conflitantes de diferentes extratos da burocracia. E como o plano precisa ficar pronto até o início do ano seguinte, e não em 29.999 anos, ele será inevitavelmente irracional e assimétrico” (MISES, 2012, p. 8).

O próprio Mises reconhece que não existe uma “teoria econômica perfeita, não existe perfeição quando se trata do conhecimento humano” (CONSTANTINO, 2009, p. 25). Na explicação do economista Rodrigo Constantino, em seu livro *A Economia do Indivíduo*, “todas as medidas de intervencionismo governamental têm por objetivo restringir a supremacia do consumidor. O governo tenta arrogar a si mesmo um poder que pertence aos consumidores” (CONSTANTINO, 2009, p. 28).

Segundo Mises, o sistema Intervencionista está sujeito a duas forças destrutivas:

A primeira devido ao conhecimento limitado dos agentes públicos, as políticas econômicas geram consequências não intencionais que são em geral opostas ao que foi desejado pelos seus formuladores e a segunda devido ao auto interesse, inclusive dos mesmos agentes públicos, as intervenções geram a exploração da maioria por meio de privilégios concedidos a grupos de interesse (BARBIERI, 2013, p. 109).

Um dos precursores dessa tradição é Carl Menger, famoso por sua contribuição ao desenvolvimento da teoria da “utilidade marginal” (CONSTANTINO, 2009, p. 17), tornou-se conhecido como o “pai do pensamento econômico” e fundador da Escola Austríaca. Ganhou notoriedade pela exposição da “teoria do valor econômico” e pela sua detalhada descrição sobre os “processos de produção e consumo” (FEIJÓ, 2000, p. 9).

A “teoria do cálculo marginal”, na análise de Menger, seria que “as necessidades adquirem maior importância se o indivíduo parte de um nível de carência maior, mas quando elas são corriqueiramente satisfeitas perdem a sua importância” (FEIJÓ, 2000, p. 29).

Um exemplo disso seria que: “o pão é pouco, o diamante é muito almejado quando todas as circunstâncias são levadas em conta a circunstância da limitação do desejo e a circunstância das provisões disponíveis para o desejo” (FEIJÓ, 2000, p. 64).

Nos comentários de Hayek, um dos principais achados de Menger foi a ideia de se derivar o valor do bem de sua utilidade: “o valor de um determinado objeto ou bem seria determinado pelo que as pessoas estão dispostas a pagar por ele (FEIJÓ, 2000, p. 66).

Para tornar mais clara essa explicação, o economista norte americano e adepto da Escola Austríaca, Murray Rothbard, explicou que a Escola Austríaca centrava “indefectivelmente sua análise no *indivíduo*”. Ou seja, tomando o indivíduo, como ponto de partida para se fundamentar uma análise sobre atividade econômica e a produção, para assim estabelecer uma escala valores e desejos dos “*consumidores individuais*”.

O valor consistia em avaliações subjetivas de consumidores individuais. Em outras palavras: eu poderia gastar trinta anos de trabalho e de outros recursos na fabricação de um triciclo gigante movido a vapor, contudo, se ao oferecer esse produto, eu não encontrasse consumidores dispostos a comprá-lo, teria que admitir que ele era economicamente desprovido de valor, apesar de todo esforço, aliás mal orientado, que empenhara na fabricação (ROTHBARD, 2010, p.14).

Murray Rothbard em seu livro *O Essencial Von Mises*, tenta nos esclarecer:

A falha crucial fora a tentativa de analisar a economia com base em “classes” e não em ações de indivíduos; por isso, os economistas clássicos além de não conseguirem explicar corretamente as forças subjacentes que determinam os valores e os preços relativos dos bens e serviços, tampouco foram capazes de analisar as ações dos consumidores, determinantes decisivos das atividades dos produtores na economia. Voltados para “classes” de bens, nunca puderam resolver, por exemplo, o “paradoxo do valor” (ROTHBARD, 2010, p.11).

Hayek também se manifestou sobre o intervencionismo ao demonstrar que a maior parte do conhecimento humano é “conhecimento disperso”, distribuído entre milhões de habitantes do planeta, e o mal da intervenção no mercado está em diminuir a transmissão de informações, de que dispõe o interventor ou o planejador central(STEWART JR., 1995, p. 30). A solução para isso seria este:

O bom uso da concorrência como princípio de organização social exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admite outros que às vezes podem auxiliar consideravelmente seu funcionamento, e mesmo exige determinadas formas de ação governamental (HAYEK, 2010a, p. 58).

Para Hayek “abandonar a ordem de mercado para adotar a moral socialista/intervencionista seria destruir a civilização e empobrecer a humanidade”.

Hayek é um defensor da razão e entende que mesmo a razão humana tem seus limites. Por nossa própria razão, podemos entender que a ordem gerada sem um *design* arquitetado pode superar em muito os planos elaborados conscientemente pelos homens. O socialismo, com a ideia de planejamento central, parte da ingênua

visão de que a “racionalidade” humana pode desenhar a sociedade “perfeita”, aquilo que Hayek chamou de “racionalismo construtivista”. O ponto de partida de Hayek é o *insight* do filósofo David Hume: as regras da moralidade não são conclusões da nossa razão. Para Hayek, há um processo evolutivo da moralidade, e esta não seria instintiva ou criada pela razão, mas algo *entre* ambos. Em nome da razão, os socialistas acabam por destruí-la! (CONSTANTINO, 2009, p.80).

Hayek, em seu livro *O Caminho da Servidão*, faz um alerta que pode ser resumido na seguinte frase de David Hume: “Raramente se perde qualquer tipo de liberdade de uma só vez”. Nas palavras de Hayek, não é possível existir liberdade pessoal e política quando a liberdade econômica é progressivamente abandonada, pois para o autor a liberdade é “una”: retirar uma de suas formas afeta/tolhe as demais. Conforme afirma Hayek:

A transformação gradual de um sistema com uma rígida hierarquia organizada para outro em que o homem pode ao menos tentar moldar sua própria vida e ganhar a oportunidade de conhecer e escolher entre diferentes modelos está bastante associada ao crescimento do comércio. Nos últimos 200 anos que mudaram o mundo, a ciência só realizou grandes avanços porque a liberdade industrial abriu caminhos ao livre uso do conhecimento (CONSTANTINO, 2009, p.70).

Ainda nas palavras de Hayek, o planejamento possui uma “discriminação intencional entre as necessidades particulares das pessoas” assim permitindo que o “indivíduo realize aquilo que outro deve ser impedido de realizar”. Enfatizando que o liberalismo é, em essência, contrário a monopólios, os quais se beneficiam do intervencionismo e não são simpáticos à concorrência. Afinal, monopólios sempre buscam pelas benesses do Estado, como incentivos fiscais, restrições a importações, por exemplo (PRUNES, 2006, pp. 31-32).

A crítica liberal seria de que o intervencionismo obriga a que haja submissão (consumidor *versus* Estado). Já o liberalismo, contrário a isso, defende a “soberania do consumidor”. De acordo com a crítica liberal, a intervenção beneficia apenas algumas pessoas ou grupos (STEWART JR., 1995, p. 27).

Na verdade, o que os defensores do liberalismo pregavam seria a existência de paz, pois o liberalismo funciona “melhor” em estados em paz, estados em guerra não são adequados a uma economia livre. Afinal, uma economia livre demanda cooperação social, a qual inexistente em estados sem paz, para que a cooperação social e a divisão do trabalho pudessem “florescer plenamente” (aqui explícito, como ideia de naturalidade, o papel fundamental segundo a corrente de pensamento liberal para a busca do florescimento humano), defendendo a construção de um modelo político que concilie humanização com

eficiência para que a competição possa ser a mais ampla possível. O modelo de política liberal reconhece a “inviabilidade da liberdade total”, mas acata o modelo de liberdade que seja compatível com a “convivência social baseada no intercâmbio espontâneo entre os indivíduos” (STEWART JR., 1995, pp. 89-90).

O modelo de sociedade livre de acordo com as ideias liberais

Para Hayek, o ponto de partida é esclarecer a essência da posição liberal, que está na negação de todo privilégio, se este é entendido em seu sentido próprio e original, de direitos que o Estado concede e garante a alguns e que não são acessíveis em iguais condições a outros (HAYEK, 2010, p. 17).

Uma das primeiras tentativas de expor a doutrina liberal foi feita por Ludwig von Mises, em seu livro *Liberalism*, no qual afirma:

O liberalismo não é uma doutrina completa e nem um dogma imutável. Pelo contrário, é a aplicação dos ensinamentos da ciência à vida social do homem. Assim como a economia, a sociologia e a filosofia não permanecem imutáveis desde os dias de David Hume, Adam Smith [...], assim também a doutrina do liberalismo é diferente hoje do que foi à sua época, muito embora seus princípios fundamentais tenham permanecido inalteráveis. Durante muito tempo ninguém tomou a si a tarefa de apresentar uma exposição concisa do significado essencial dessa doutrina [...] (MISES apud STEWART JR, 1995, p. 13).

Nessa mesma linha, o filósofo John Gray se manifestou sobre o liberalismo, explicitando que:

Há uma concepção específica, de caráter nitidamente moderno, que é comum a todas as variantes da tradição liberal. Quais são os elementos que compõem esta concepção? Ela é *individualista* porque sustenta a proeminência moral do indivíduo em relação aos desejos de qualquer coletividade social; *igualitária*, na medida em que confere a todos os homens o mesmo status moral, não admitindo que existam diferenças de natureza política ou legal entre os seres humanos; *universalista*, por afirmar a homogeneidade moral do gênero humano e atribuir a importância secundária de certos aspectos históricos e culturais; e *meliorista*, por considerar a possibilidade de correção e aperfeiçoamento das instituições sociais e políticas. É essa concepção do homem e da sociedade que dá ao liberalismo uma identidade que transcende a sua enorme diversidade e complexidade (GRAY apud STEWART JR., 1995, p. 15).

Seguindo a explicação de Hayek sobre princípios liberais, Walter Lippmann escreveu que, em uma sociedade de homens livres, o Estado não pode “administrar as atividades dos homens”; o que o Estado faz é administrar a “justiça entre homens, que conduzem suas próprias atividades” (LIPPMANN apud HAYEK, 1985, p. 6, v. II).

Assim sendo, para Hayek: “a mais importante transformação que um órgão governamental amplo produz é de ordem psicológica, uma alteração de caráter do povo. Isto é um processo lento que se estende não apenas por alguns anos, mas talvez por gerações” (HAYEK, 2010, p. 17).

Utilizando referências de Matt Ridley, podemos propor bases científicas para alguns valores centrais do liberalismo. Explicando que esses valores não foram planejados, mas surgiram espontaneamente a partir da sociabilidade (evolução humana) (RIDLEY, 2014).

“Troca”, “propriedade”, “especialização das tarefas”, etc. não foram “inventadas”, mas surgiram natural e simultaneamente ao desenvolvimento da natureza humana. Ou seja, surgiram espontaneamente a partir “de dentro”, “de baixo para cima”. Não foram criadas por uma mente centralizadora. Simplesmente aconteceram. E tais atividades lograram êxito na medida em que ocorreram livremente em um estado pré-estatal (“estado de natureza”). Noutros termos, já havia uma espécie de “proto-economia de mercado” mesmo antes do surgimento do Estado. Daí as afirmações de Matt Ridley: “A sociedade não foi inventada por homens racionais”. Ela evoluiu a partir de nossa natureza. Ou: “O Comércio precede o Direito”. Ou seja, a sociabilidade não nos foi imposta. Ela simplesmente floresceu e evoluiu. E nesse processo também ocorreu o desenvolvimento do comércio. Tais “valores liberais” surgiram ainda na vida social prévia ao surgimento do Estado, a partir de nossa natureza mesma. E com isso um propósito: levar-nos a um estado de maior conforto e riqueza, seja material, seja, digamos, “espiritual”, isto é, referente àqueles valores não mensuráveis, como os valores morais [...] (RIDLEY, 1996, p. 9).

O liberalismo, portanto, é uma “doutrina política” que advoga para a “melhoria das condições materiais do gênero humano”. Neste sentido explica Donald Stewart: “o liberalismo busca produzir apenas o bem-estar exterior, porque sabe que as riquezas interiores, espirituais, não podem atingir o homem de fora, mas somente de dentro, de seu próprio coração” (STEWART JR, 1995, p. 71).

Um dos pontos fundamentais da doutrina liberal é a convicção de que o rumo do progresso seria determinado pelas ideias e pelas conquistas individuais (HAYEK, 2010, p. 122). Isso explica que “um sistema baseado na liberdade assegura maior produtividade” (STEWART JR, 1995, p. 72).

Segundo o “axioma da tradição liberal”, a coerção do indivíduo só é possível quando necessária ao “bem-estar geral e ao bem comum” (HAYEK, 1985, p. 1, v. II). Pode-se dizer

que a “liberdade, a propriedade e a paz” são pilares da doutrina liberal (STEWART JR., 1995, p. 73).

A expressão “liberalismo” é empregada, na maioria das vezes, com absoluta impropriedade, especialmente por quem quer destrutá-la. (PRUNES, 2006, p. 15). O liberalismo precisava combater a ideia de que era “insensível aos problemas sociais”. De acordo com Hayek, o liberalismo veio a ser considerada uma “filosofia negativa”, pois não podia oferecer aos indivíduos “mais do que uma participação no progresso comum” (HAYEK, 2010, p. 43).

Na verdade, o que a posição liberal almejava seria a “ideia de deixar a transformação seguir seu curso, mesmo quando não podemos prever onde nos levará” (PRUNES, 2006, p. 183). Nas palavras de Hayek, o liberalismo decorre de uma “ordem autogeradora ou espontânea”, tornando-se assim possível utilizar conhecimentos de todos os membros que vivem em uma sociedade, em uma “dimensão muito maior do que seria factível em uma ordem criada por uma direção central” (PRUNES, 2006, p. 184).

Portanto, a ideia de que o governo pode determinar oportunidades iguais a todos, e que garanta que essas oportunidades sejam as mesmas a todos, conflita com a lógica de uma sociedade “livre”. Nessa lógica, Hayek explica que a posição de cada indivíduo na sociedade resulta de um processo “anterior de experimentação”, de “indivíduos e seus ancestrais”, com diferentes graus de êxito, e em diferentes meios, “físico e social”, além de “oportunidades e condições” que constituem base de um “conhecimento factual amplamente disperso”. Ao mesmo tempo, tais fatos constituem causas de desigualdade de oportunidades, que são “não intencionais”, mas, de acordo com Hayek, inevitáveis (HAYEK, 1985, p. 10, v. II).

Para entender o tipo de liberalismo de Hayek é importante lembrar que:

Para ele a natureza humana é essencialmente indeterminada, sempre em processo de formação, e aberta a transformações imprevisíveis em muitos sentidos diferentes. Exceto em termos físicos e biológicos, não podemos antecipar nem limitar a série de necessidades humanas e sua ordem de prioridade. Por isso não temos base alguma para planejar um futuro perfeito ou tentar interromper o desenvolvimento do homem numa etapa dada (PRUNES, 2006, p. 186).

Basta simplesmente considerar os efeitos que se produziriam, caso o governo conseguisse igualar as oportunidades substantivas de todos; e então o governo, ao proceder desta maneira, “privaria todo o sistema de seu fundamento lógico” (HAYEK, 1985, p. 10, v. II). Nas palavras de Hayek: “fica claro que não cabe ao governo determinar resultados

específicos para indivíduos ou grupos específicos, mas somente prover certas condições genéricas cujos efeitos nos vários indivíduos serão imprevisíveis” (HAYEK, 1985, p. 11, v. II).

Na explicação de Hayek, quando o estado assume o controle direto em campos onde não existe consenso e acordo, ele acaba por suprimir a liberdade individual. O grande mérito do liberalismo foi ter reduzido a “gama de questões que depende de consenso” e que pode estar, portanto nas “esferas das decisões individuais” (PRUNES, 2006, p. 30).

O modelo liberal defende o “livre mercado e a soberania do consumidor” (STEWART JR., 1995, p. 15), pois, segundo Hayek, a doutrina liberal baseava-se na convicção de que a “concorrência era a melhor maneira de decidir sobre o uso dos recursos escassos” (PRUNES, 2006, p. 27). De acordo com Hayek, a concorrência seria a melhor maneira de “orientar os esforços individuais”. Uma dessas justificativas seria de que “o bom uso da concorrência exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica” (HAYEK, 2010, p. 58).

Os liberais admitem a existência de pessoas superiores, mas nem por este motivo é “defensor do igualitarismo”. O liberal não concorda que “qualquer pessoa possa ter autoridade de decidir quem são essas pessoas superiores” (HAYEK, 1983, p. 472). Embora o liberal reconheça o “importante papel que as elites culturais e intelectuais representam no avanço da civilização”, também acredita “que essas elites devem dar provas da capacidade de manter sua posição obedecendo às mesmas normas aplicadas a todos os outros” (HAYEK, 1983, p. 472). Nesse sentido, Hayek comenta:

Não há nada de errado, em si, na desigualdade de renda, quando ela é fruto do esforço, da sorte ou da inventiva de uns contra a lassidão, o azar ou a incapacidade de outros. Inaceitável é a desigualdade de renda provocada pela intervenção coercitiva do Estado, favorecendo uns em detrimento de outros. Ademais é absolutamente falso que um “bolo” de renda que possa ser redistribuído sem que se altere o processo de produção desse bolo (STEWART JR., 1995, p. 59).

O liberalismo é um jogo de cooperação: todos de alguma maneira se beneficiam, isto é, em uma troca livremente pactuada, ambas as partes saem ganhando, cada um alcançando seus objetivos; o liberal acredita que precisamos de sorte ainda que tenhamos habilidades. Nesta mesma concepção, o liberal defende a “igualdade de largada e não de chegada”, ou

seja, o mesmo ponto de partida para se poder chegar aos seus fins. Ainda de acordo com Hayek:

A atitude liberal para com a sociedade é semelhante a do jardineiro que cuida de uma planta e que, a fim de criar condições mais favoráveis ao seu crescimento, deve conhecer tudo o que for possível a respeito da estrutura e das funções dessa planta (HAYEK, 1985, p. 43, v. II).

Considerações finais

A contribuição do pensamento de Hayek e da Escola Austríaca na elaboração conceitos de Filosofia Moral, Política e Econômica, nos convida a fazer uma reflexão sobre o poder que o Estado exerce na vida das pessoas e os limites entre se estabelecer liberdade, igualdade e analisar a situação da sociedade com relação ao surgimento dessas novas políticas de distribuição e a forma de esclarecer as inúmeras consequências que a interferência do estado pode gerar em uma ordem econômica.

A crítica liberal seria de que o intervencionismo obriga a que haja submissão (consumidor *versus* Estado). Já o liberalismo, contrário a isso, defende a “soberania do consumidor”. De acordo com a crítica liberal, a intervenção beneficia apenas algumas pessoas ou grupos (STEWART JR., 1995, p. 27).

No contexto da Escola Austríaca, uma economia eficiente assegura condições básicas para uma existência confortável dos seres humanos, onde exista uma sociedade democrática, leis respeitadas e aplicáveis a todos, além da existência de valores morais mínimos. O modelo liberal que Hayek queria demonstrar era que a intervenção do Estado não resolve a pobreza, o que resolveria isso seria uma economia de mercado mais ampla (HAYEK, 2010a, p. 48).

Neste sentido, o “liberalismo não é contrário à evolução e à mudança; e, nos casos em que transformações espontâneas são afixadas pelo controle governamental” (HAYEK, 1983, p. 468), mas defende que as políticas de governo passem por mudanças. Na verdade, o “liberal acredita que o mais urgente e necessário em quase todo o mundo seja a eliminação completa dos obstáculos à evolução espontânea” (HAYEK, 1983, p. 253).

Referências bibliográficas

A VIDA E O PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK. [Liberty Found] 2003. Vídeo (1h 00min 42seg). Publicado pelo canal Estudantes pela Liberdade. Disponível em: <https://youtu.be/8G8moqrbDRQ>. Acesso: 10/07/2020.

BARBIERI, Fabio. **A Economia do Intervencionismo.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Economia do Indivíduo: O legado da Escola Austríaca.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

FEIJÓ, Ricardo. **A Economia e a Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek.** São Paulo: Editora Nobel, 2000.

FESER, Edward (Ed.). **The Cambridge Companion to Hayek.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GRAY, John. **Hayek on Liberty.** London: Routledge, 1998.

_____. **Liberalism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

HAYEK. **Os Fundamentos da Liberdade.** Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: UNB; São Paulo: Visão, 1983.

_____. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política.** Volume II: A miragem da justiça social. São Paulo: Visão, 1985.

_____. **O Caminho da Servidão.** 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil; Instituto Liberal, 2010a.

_____. (Ed.). **Capitalism and the Historians.** London: Routledge, 2010b.

LIPPMANN, Walter. **An Inquiry into the Principles of a Good Society.** Boston: Little, Brown and Company, 1937.

LUCAS Jr., Robert E. **Lectures on Economic Growth.** Harvard: Harvard University Press, 2004.

MISES, Ludwig von. **O Cálculo Econômico sob o Socialismo.** Tradução de Leandro Augusto Gomes Roque. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

PRUNES, Mendes Cândido. **Hayek no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

RIDLEY, Matt. **The Origins of Virtue.** New York: Penguin Books, 1996.

_____. **O Otimista Racional.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

ROTHBARD, Murray N. **O Essencial von Mises.** Tradução de Maria Luiza Borges Sérgio "Pensamento Liberal", nº 3. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2010.

_____. **O Liberalismo Político**. Ed. ampla. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SOTO, Huerta de Jesus. **A Escola Austríaca**. 2. ed. São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2010.

STEWART JR., Donald. **O que é Liberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.